

		Portaria Normativa Interministerial nº 1, de 26 de agosto de 2015. Portaria nº 1.042, de 29 de abril de 2014.
	Departamento de Pessoal	Portaria Normativa nº 13, de 5 de janeiro de 2006. Portaria Normativa nº 66, de 19 de janeiro de 2007. Portaria Normativa nº 972, de 23 de junho de 2008. Portaria Normativa nº 181, de 8 de fevereiro de 2010. Portaria Normativa nº 1.689, de 28 de maio de 2013. Portaria Normativa nº 3.270, de 18 de dezembro de 2014. Portaria Normativa nº 74, de 15 de janeiro de 2015. Portaria Normativa nº 3.270, de 18 de dezembro de 2014. Portaria Normativa nº 96, de 20 de dezembro de 2018. Portaria Normativa nº 31, de 24 de maio de 2018. Portaria Normativa nº 37, de 14 de junho de 2018. Portaria Normativa nº 5, de 14 de janeiro de 2019. Portaria Normativa nº 19, de 1º de junho de 2017. Portaria Normativa nº 28, de 3 de maio de 2019. Portaria Normativa nº 602, de 3 de agosto de 2010. Portaria Normativa nº 2.799, de 4 de outubro de 2013. Portaria nº 37, de 19 de janeiro de 2004. Portaria Normativa nº 930, de 1º de agosto de 2005. Portaria Normativa nº 1.288, de 27 de outubro de 2004. Portaria Normativa nº 2.499, de 19 de setembro de 2012. Portaria Normativa nº 2.093, de 12 de julho de 2013. Portaria Normativa nº 102, de 22 de janeiro de 2014. Portaria Normativa nº 998, de 30 de abril de 2015. Portaria Normativa nº 26, de 10 de maio de 2016. Portaria Normativa nº 5, de 3 de fevereiro de 2017. Portaria Normativa nº 50, de 15 de dezembro de 2017. Portaria Normativa nº 84, de 7 de dezembro de 2018. Portaria Normativa nº 1, de 6 de janeiro de 2020. Instrução Normativa nº 1, de 21 de agosto de 2019. Portaria nº 1.368, de 6 de outubro de 2008. Portaria nº 121, de 1º de junho de 2011. Portaria nº 776, de 28 de março de 2014. Portaria nº 1.668, de 3 de julho de 2014. Portaria nº 319, de 27 de outubro de 2016. Portaria nº 408, de 21 de dezembro de 2016. Portaria nº 6, de 13 de janeiro de 2017. Portaria nº 281, de 25 de agosto de 2017. Portaria nº 91, de 19 de abril de 2018. Portaria nº 237, de 20 de janeiro de 2020. Portaria Normativa nº 1.173, de 6 de setembro de 2006. Portaria Normativa nº 66, de 19 de janeiro de 2007. Portaria Normativa nº 57, de 16 de outubro de 2018. Portaria nº 1.149, de 5 de outubro de 2005. Instrução Normativa nº 1, de 10 de outubro de 2018. Instrução Normativa nº 1, de 21 de agosto de 2019. Portaria nº 37, de 19 de janeiro de 2004. Portaria nº 577, de 26 de novembro de 2012. Portaria nº 1.321, de 14 de maio de 2012. Portaria nº 1, de 6 de agosto de 2014. Portaria nº 3.256, de 18 de dezembro de 2014. Portaria nº 2.622, de 7 de dezembro de 2015. Portaria nº 10, de 13 de janeiro de 2016. Portaria nº 100, de 7 de março de 2016. Portaria nº 136, de 28 de abril de 2016. Portaria nº 438, de 26 de dezembro de 2018. Portaria nº 3.351, de 7 de agosto de 2019. Portaria Normativa nº 623, de 3 de outubro de 2001. Portaria Normativa nº 355, de 24 de junho de 2002.
	Departamento de Desporto Militar	Portaria Normativa nº 71, de 14 de agosto de 2019. Portaria Normativa nº 79, de 11 de setembro de 2019. Portaria Normativa nº 107, de 2 de dezembro de 2019. Portaria Normativa nº 5, de 20 de janeiro de 2020.
	Hospital das Forças Armadas	Portaria nº 849, de 12 de junho de 2009.

		Portaria nº 1.146, de 26 de abril de 2012. Portaria nº 190, de 24 de janeiro de 2013. Portaria nº 254, de 27 de junho de 2017. Portaria nº 1.635, de 2 de maio de 2018. Portaria nº 2.446, de 3 de junho de 2019. Portaria nº 4.487, de 8 de novembro de 2019.
4ª ETAPA	até 31 de agosto de 2021	Portaria nº 865, de 30 de março de 2012. Portaria nº 961, de 18 de abril de 2013. Instrução Normativa nº 2, de 8 de outubro de 2018.
5ª ETAPA	até 30 de novembro de 2021	Portaria Normativa nº 2.838, de 31 de outubro de 2014. Instrução Normativa nº 3, de 30 de janeiro de 2014. Instrução Normativa nº 10, de 5 de junho de 2014. Portaria nº 181, de 25 de novembro de 2009. Portaria nº 4.086, de 16 de novembro de 2018.

## DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE

ETAPAS	PRAZOS	ATOS NORMATIVOS
1ª ETAPA	até 30 de novembro de 2020	Portaria Normativa nº 606, de 24 de abril de 2007. Instrução Normativa nº 1, de 30 de maio de 2011.
2ª ETAPA	até 26 de fevereiro de 2021	Portaria Normativa nº 115, de 26 de dezembro de 2019. Portaria nº 60, de 6 de janeiro de 2012.
3ª ETAPA	até 31 de maio de 2021	Portaria Normativa nº 44, de 1º de novembro de 2017. Portaria nº 1.803, de 19 de agosto de 2015.
4ª ETAPA	até 31 de agosto de 2021	Portaria nº 563, de 3 de junho de 2016. Portaria Normativa nº 3.425, de 16 de dezembro de 2013.
5ª ETAPA	até 30 de novembro de 2021	Portaria nº 2.344, de 16 de novembro de 2016. Portaria nº 2.798, de 26 de julho de 2018.

## SECRETARIA-GERAL

## PORTARIA Nº 3.511/SG-MD, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso V, da Portaria nº 3.344/GM-MD, de 8 de outubro de 2020, considerando o disposto no Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, e o que consta no Processo nº 60530.000033/2020-45, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada competência às autoridades a seguir relacionadas para, no âmbito de sua atuação, assinar Termo de Execução Descentralizada - TED para a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União com vistas à execução de ações de interesse recíproco ou de interesse da unidade descentralizadora:

- I - Secretário de Orçamento e Organização Institucional;
- II - Secretário de Produtos de Defesa;
- III - Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto; e
- IV - Diretor do Departamento do Programa Calha Norte.

Art. 2º Fica subdelegada competência ao Diretor do Departamento de Administração Interna para assinar os TED de interesse da administração central do Ministério da Defesa que não estejam afetos às áreas de atuação:

- I - do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
- II - do Diretor-Geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia; e
- III - das autoridades a que se refere o art. 1º desta Portaria.

Art. 3º A assinatura do TED pela autoridade competente constitui a materialização jurídica do ajuste entre os órgãos interessados e não implica em ratificação nem validação de eventuais irregularidades praticadas pelas unidades técnicas ou jurídicas, pelos fiscais e pelos ordenadores de despesas, os quais são responsáveis pelos atos que praticarem na instrução e na execução do respectivo TED, de acordo com a matriz de responsabilização.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Almirante de Esquadra ALMIR GARNIER SANTOS

**COMANDO DO EXÉRCITO**  
**GABINETE DO COMANDANTE**  
**RETIFICAÇÃO**

1. No Despacho Decisório nº 055/2020, de 11 de maio 2020, publicado no DOU de 22/05/2020, seção 1, página 93, relativo à devolução da fração do imóvel próprio nacional PE 07-0137 (Fazenda Curado) sob a Administração do Comando do Exército à Superintendência do Patrimônio da União em Pernambuco (SPU/PE) para posterior entrega à Prefeitura da cidade de Recife-PE, visando à regularização fundiária das famílias que ocupam as áreas militares com fins residenciais, Onde se lê: "... devolução da fração com área de 4.097,76 m²" Leia-se: "... devolução da fração com área de 4.179,47 m²."

**COMANDO DA MARINHA**  
**GABINETE DO COMANDANTE**

## PORTARIA Nº 313/MB, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Cria a Comissão Técnico-Científica para o Assessoramento e Apoio das atividades de Monitoramento e a Neutralização dos Impactos Decorrentes da Poluição Marinha por Óleo e outros Poluentes na Amazônia Azul.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 4º e 17 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; o inciso X do art. 3º, o inciso XXIII e § 1º do art. 26 do Anexo I ao Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005; o inciso I do art. 27 da Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000; e o inciso II do art. 1º do anexo H da Portaria nº 237/MB, de 3 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 149, de 4 de agosto de 2016, Seção 1, páginas 14 a 20, resolve:

Art. 1º Criar a Comissão Técnico-Científica para o Monitoramento e a Neutralização dos Impactos Decorrentes da Poluição Marinha por Óleo e outros Poluentes na Amazônia Azul, sob a coordenação da Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM), com a seguinte composição:

- I - Presidente:  
Diretor-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha.
- II - Secretário Executivo:  
Diretor do Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro.
- III - Assessor Especial:  
Ponto Focal da DGDNTM junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI).
- IV - Membros Efetivos:  
Representantes das seguintes Organizações Militares (OM) e órgãos da Marinha do Brasil (MB):  
a) Comando de Operações Navais (ComOpNav);

## CONSULTORIA JURÍDICA

ETAPAS	PRAZOS	ATOS NORMATIVOS
1ª ETAPA	até 30 de novembro de 2020	-
2ª ETAPA	até 26 de fevereiro de 2021	Orientação Normativa nº 2, de 17 de abril de 2014. Orientação Normativa nº 1, de 28 de março de 2017.
3ª ETAPA	até 31 de maio de 2021	Portaria Normativa nº 2.619, de 10 de setembro de 2013. Portaria nº 2.640, de 10 de setembro de 2013. Portaria Normativa nº 3.214, de 26 de novembro de 2013. Portaria Normativa nº 61, de 22 de outubro de 2018.
4ª ETAPA	até 31 de agosto de 2021	-
5ª ETAPA	até 30 de novembro de 2021	Portaria Normativa nº 899, de 19 de julho de 2005. Portaria Normativa nº 586, de 24 de abril de 2006. Portaria Normativa nº 15, de 4 de abril de 2018. Portaria Normativa nº 78, de 2 de setembro de 2019.

## CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

ETAPAS	PRAZOS	ATOS NORMATIVOS
1ª ETAPA	até 30 de novembro de 2020	Portaria nº 857, de 28 de março de 2012. Portaria nº 181, de 25 de novembro de 2009. Portaria nº 1.970, de 2 de maio de 2019. Portaria nº 2.330, de 24 de maio de 2019. Portaria nº 2.506, de 7 de junho de 2019. Portaria nº 4.682, de 25 de novembro de 2019.
2ª ETAPA	até 26 de fevereiro de 2021	Instrução Normativa nº 10, de 10 de outubro de 2013. Portaria nº 1.020, de 6 de março de 2020. Portaria nº 1.402, de 1º de abril de 2020. Portaria nº 2.431, de 31 de maio de 2019. Portaria nº 29, de 10 de março de 2016. Portaria nº 473, de 29 de janeiro de 2020. Portaria nº 494, de 31 de janeiro de 2020.
3ª ETAPA	até 31 de maio de 2021	Orientação Normativa nº 1.254, de 8 de junho de 2015. Portaria nº 657, de 22 de outubro de 2001.

